



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA

Processo TC nº 07916/13

Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição com proventos integrais. **Pedido de Revisão.** Julga-se legal o ato e correto o cálculo de proventos elaborado pela repartição de origem, quando atendidos os requisitos da Lei. Concessão de Registro.

**ACÓRDÃO AC1-TC- 4129/2014**

**1. PROCESSO TC Nº:** 07916/13.

**2. ORIGEM:** Paraíba Previdência -PBprev

**3. DADOS SOBRE A APOSENTADORIA:**

**3.1. - APOSENTANDO(A):**

**3.1.1. - NOME:** Diana Carmen Martins de Assis Ferreira.

**3.1.2. - QUALIFICAÇÃO:** Professor, Matrícula nº 59.916-6, lotada na Secretaria de Estado da Educação.

**3.1.3. - TEMPO DE SERVIÇO:** 30 anos, 05 meses e 28 dias.

**3.1.4. - IDADE:** 56 anos.

**3.2. - FUNDAMENTO LEGAL ORIGINAL:** Art. 40, § 1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03 c/c art. 1º da Lei nº 10.887/04

**3.3. - DATA DO ATO APOSENTATÓRIO:** 17/07/2006 (Portaria - A - nº 689, p. 28).

**3.4. - AUTORIDADE EMITENTE:** Presidente da PBprev.

**4. DA CONCESSÃO DO REGISTRO PELO TCE:** Acórdão AC2-TC- 1140/08 (p. 33).

**5. DADOS SOBRE A REVISÃO DA APOSENTADORIA:**

**5.1 - DATA DO PEDIDO:** 21/09/2009

**5.2. - NOVO FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 6º, incisos I a IV da EC nº 41/03, c/c o § 5º do art. 40 da CF.

**5.3. - DO ATO APOSENTATÓRIO MODIFICADO:** 17/02/2010 (Portaria - A - nº 471, p. 21).

**5.4. - ÓRGÃO E DATA DE PUBLICAÇÃO:** DOE de 16/03/2010.

**6. RELATÓRIO DA AUDITORIA:** Entendeu corretos os cálculos, a legalidade do ato aposentatório revisado em apreço, formalizado pela portaria constante na p. 21 e a concessão do respectivo registro.

**7. PARECER DA PROCURADORIA:** Oral, na sessão, em harmonia com o órgão de instrução.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA

Processo TC nº 07916/13

**DECISÃO DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, os *MEMBROS DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, no exercício do controle externo previsto na Constituição Estadual, art. 71, inciso II, *in fine*, na sessão realizada nesta data, *ACORDAM*, à unanimidade, deferir o pedido de **revisão de aposentadoria**, no que concerne à modificação do fundamento legal do ato concessório, tendo em vista o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 6º, incisos I a IV da EC nº 41/03, c/c o § 5º do art. 40 da CF, **concedendo registro** ao ato aposentatório revisado da Sra. Diana Carmen Martins de Assis Ferreira (p. 21), tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos de proventos feitos pela repartição de origem.

Publique-se, registre-se e intime-se.

TCE - Sala das Sessões da 1ª Câmara, Mini-plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa.

João Pessoa, 24 de julho de 2014.

Em 24 de Julho de 2014



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**  
PRESIDENTE E RELATOR



**Marcílio Toscano Franca Filho**  
PROCURADOR(A) GERAL